

DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1. ENTE

Nome:	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante / RN	CNPJ:	08.079.402/0001-35
Endereço:	RUA ALEXANDRE CAVALCANTE	Complemento:	
Bairro:	CENTRO	CEP:	59290-000
Telefone:	843278-3366	Fax:	E-mail: GABINETECIVIL@SAOGONCALO.RN.GOV.BR

2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

Nome:	JAIME CALADO PEREIRA DOS SANTOS	CPF:	030.058.873-91
Cargo:	Prefeito	Complemento do Cargo:	
E-mail:	jaimecalado.iprev@saogoncalo.rn.gov.br	Data Início de Gestão:	01/01/2025

3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF

Nome:	Instituto de Previdência de São Gonçalo do Amarante	CNPJ:	11.447.510/0001-28
Endereço:	Rua Maria de Fatima Varela Inacio	Complemento:	61
Bairro:	Santa Terezinha	CEP:	59290-734
Telefone:	843278-3342	Fax:	E-mail: IPREV@SAOGONCALO.RN.GOV.BR

4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

Nome:	MICHELLE ARCANGELA SOUZA NORONHA	CPF:	021.437.684-27
Cargo:	Presidente	Complemento do Cargo:	
Telefone:		Fax:	E-mail: michelle.noronha@hotmail.com

5. GESTOR DE RECURSOS

Nome:	MICHELLE ARCANGELA SOUZA NORONHA	CPF:	021.437.684-27
Cargo:	Presidente	Complemento do Cargo:	
Telefone:		Fax:	E-mail: michelle.noronha@hotmail.com
Entidade Certificadora:	AMBIMA		Data Início de Gestão: 02/07/2009 Validade Certificação: 26/09/2017

6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

Nome:	VITOR HUGO NOGUEIRA DA SILVA	CPF:	011.097.694-07
Telefone:	8403278-3342	Fax:	E-mail: vhns_20@hotmail.com
Data de envio:	19/01/2015		

7. DEMONSTRATIVO

Exercício: 2015

Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos: VITOR HUGO NOGUEIRA DA SILVA

CPF: 011.097.694-07

Data da Elaboração: 31/12/2014

Data da ata de aprovação: 31/12/2014

Órgão superior competente: COMITE GESTOR DE INVESTIMENTOS

Meta de Rentabilidade dos Investimentos

Indexador: IPCA

Taxa de Juros: 6,00 %

Divulgação/Publicação:

(X) Meio Eletrônico

(X) Impresso

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
Renda Fixa - Art. 7º		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	80,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	80,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	0,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, a	80,00	30,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, a	30,00	30,00
Poupança - Art. 7º, V, a	20,00	20,00
FI em Direitos Creditórios - Aberto - Art. 7º, VI	15,00	5,00
FI em Direitos Creditórios – Fechado - Art. 7º, VII, a	5,00	0,00
FI Renda Fixa Crédito Privado - Art. 7º, VII, b	5,00	5,00
Renda Variável - Art. 8º		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30,00	3,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	0,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	15,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	3,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	0,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	5,00
Total		276,00

Declaro que o valor excedido do limite do somatório dos Segmentos "Renda Fixa" e "Renda Variável", está compatível com a Política de Investimentos aprovada pelas instâncias competentes e consolidada neste Demonstrativo, conforme documentos arquivados

Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos

O cenário para o ano de 2015 não é nada animador. Do lado externo, as principais economias do planeta concentram seus esforços na estabilização de seus mercados. Apesar de não enxergarmos, por ora, um quadro recessivo na economia mundial, a recuperação é lenta e os efeitos dos estímulos se darão no longo prazo. Com isso, espera-se que os preços das commodities mantenham-se pressionados pela demanda enfraquecida, o que é uma má notícia para o Brasil, tradicional exportador mundial de commodities metálicas e agrícolas. O resultado disso é que a balança comercial vem registrando resultados pífios, com o mercado projetando fechar o ano de 2014 com saldo de US\$ 2,1 bilhões.

Do lado doméstico, temos sérios problemas a serem resolvidos. O modelo econômico adotado pelo governo FHC, baseado no tripé "responsabilidade fiscal, sistema de metas de inflação e câmbio flutuante", que deu estabilidade e confiança a economia brasileira, foi aos poucos abandonado e por fim substituído pela denominada "nova matriz econômica", caracterizada por expansão fiscal, crédito abundante a juros subsidiados e taxa de câmbio controlada. O resultado foi que o país pouco cresceu, a inflação fugiu ao controle, e as finanças públicas entraram em rota de insustentabilidade. As famílias, incentivadas ao consumo, estão endividadas, e a inflação alta não incentiva o consumidor a tomar mais crédito. O governo insiste em afirmar que o problema da economia é de demanda, o que pode colocar a economia em um círculo vicioso.

Do lado da oferta, as perspectivas não são animadoras. O setor industrial opera em ritmo lento e o Índice de Confiança da Indústria está nos menores níveis observados em 2009. O baixo investimento em infraestrutura, notadamente pelo setor público, desestimula o setor produtivo.

A inflação deverá permanecer pressionada nos primeiros meses do ano, devido à baixa oferta de produtos, além da pressão exercida pelos preços administrados. A estiagem prolongada reforça um quadro ruim e encarecem o item relativo aos alimentos, que exerce grande peso nos índices. O IPCA continuará batendo o teto da meta da inflação estabelecida, de 6,50% ao ano. Isto forçou a autoridade monetária, na penúltima reunião anual do COPOM, a elevar a Selic – taxa básica de juros da economia para 11,25% ao ano, em decisão dividida (5 votos a favor da elevação e 3 votos favoráveis a manutenção). De certo modo, a decisão surpreendeu o mercado, que esperava manutenção da taxa em 11,00% ao ano, e novas elevações somente a partir de 2015. O objetivo é sinalizar ao mercado o compromisso de fazer a inflação convergir aos poucos para o centro da meta, de 4,50% ao ano. Além disso, um aumento dos juros nos EUA cada vez mais próximo fatalmente forçará novos aumentos na Selic no futuro para conter a fuga de capitais do país e os efeitos negativos de uma desvalorização cambial.

Somados, todos esses fatores refletem no baixo crescimento da economia. O mercado estima que o PIB se expandirá abaixo de 0,3% em 2014, e não muito mais do que 1,0% no próximo ano. Em meio a tudo isso, as agências de classificação de riscos Fitch e Standard & Poor's estão atentas aos próximos passos do governo na área econômica, para avaliar as perspectivas de rating. A Fitch divulgou relatório informando que a capacidade das autoridades brasileiras em combater os desequilíbrios econômicos e fiscais do país será crucial para a avaliação do rating soberano.

De concreto, ainda não é possível vislumbrar um cenário que permita fazer projeções precisas. Mas dá para imaginar que será mais um ano desafiador para se obter rendimentos decorrentes de aplicações financeiras, tanto no mercado de renda fixa quanto no mercado de renda variável.

Objetivos da gestão

A Política de Investimentos do Instituto de Previdência do Município de São Gonçalo do Amarante - RN- IPREV tem como objetivo estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos garantidores dos pagamentos dos segurados e beneficiários do regime, visando atingir a meta atuarial definida para garantir a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, tendo sempre presentes os princípios da boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

A Política de Investimentos tem ainda, como objetivo específico, zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam as seguintes características: solidez patrimonial, experiência positiva no exercício da atividade de administração de grandes volumes de recursos e em ativos de baixo risco.

Para cumprimento do objetivo específico e considerando as perspectivas do cenário econômico, a política estabelecerá a modalidade e os limites legais e operacionais, buscando a mais adequada alocação dos ativos, à vista do perfil do passivo no curto, médio e longo prazo, atendendo aos normativos da Resolução nº 3922/10 do CMN.

Estratégia de formação de preços - investimentos e desinvestimentos

OS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DEVERÃO SER MARCADOS A VALOR DE MERCADO BUSCANDO ALCANÇAR A META PROPOSTA OTIMIZANDO GANHOS E POSSIVEIS PERDAS, ATRAVÉS DE ESTRATÉGIAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO OBSERVADAS AS REGRAS E OS PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.

Critérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável

Precificação e Custódia

Os Ativos Mobiliários integrantes da carteira do regime próprio do Instituto deverão ser marcados e comercializados a valor de mercado, buscando otimizar ganhos e minimizar a realização de possíveis perdas, observadas as regras e os procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social.

Todos os ativos e valores mobiliários adquiridos pelo RPPS deverão ser registrados nos Sistemas de Liquidação e Custódia: SELIC, CETIP ou Câmaras de Compensação autorizadas pela CVM.

6.3.1. Stop Loss

O RPPS utilizará o modelo de stop loss com o objetivo de eliminar perdas financeiras em consequência de movimentos adversos do mercado. O limite de stop loss adotado será o utilizado no modelo de controle de risco descrito no item 6.4, tanto para os segmentos de renda fixa e renda variável.

6.3.2. Realização de Lucros

Para o segmento de renda fixa e variável, o RPPS adotará a estratégia de realizar o lucro excedente à variação do limite por artigo estabelecido para alocação dos recursos. O valor resgatado deverá ser realocado no segmento de renda fixa.

6.4. Controle do Risco de Mercado

O RPPS, adota o VaR - Value-at-Risk para controle do risco de mercado, utilizando os seguintes parâmetros para o cálculo do mesmo:

Modelo não paramétrico;

Intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento);

Horizonte temporal de 21 dias úteis.

Os limites estabelecidos são:

Segmento de Renda Fixa: 2,5% (dois e meio por cento) do valor alocado neste segmento.

Segmento de Renda Variável: 15% (quinze por cento) do valor alocado neste segmento.

6.5. Controle do Risco de Crédito

Na hipótese de aplicação de recursos financeiros do RPPS, que exijam classificação do risco de crédito das emissões e dos emitentes (instituições financeiras) serão considerados como de baixo risco os que estiverem de acordo com a tabela abaixo:

Agência	Rating Mínimo	Classificadora	de	Risco
Standard			&	
Moody's	BBB-			Poors
Fitch	Baa3			
	BBB-			Rating
Tabela 1.				

Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos

AS ANALISES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS ACERCA DO DESEMPENHO DA CARTEIRA E DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS SERÃO EFETUADOS MENSALMENTE, ELABORANDO RELATORIO QUE EVIDENCIE A EVOLUÇÃO DOS FUNDOS EM CARTEIRA, VEM COMO DE FUNDOS QUE NÃO ESTEJAM NO PORTFÓLIO PARA FINS DE COMPARAÇÃO E TOMADA DE DECISÃO.

A ELABORAÇÃO DO RELÁTORIO TERÁ COMO PONTOS DE ANALISE:

- 1 - VARIAÇÃO DO BENCHMARK
- 2 - META ATUARIAL
- 3 - GERENCIAMENTO DE RISCO

Observações

SEM OBSERVAÇÕES

Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes

Representante Legal do Ente:	030.058.873-91 - JAIME CALADO PEREIRA DOS SANTOS	Data: ___/___/___	Assinatura:
Representante Legal da Unidade Gestora:	021.437.684-27 - MICHELLE ARCANGELA SOUZA NORONHA	Data: ___/___/___	Assinatura:
Gestor de Recurso RPPS:	021.437.684-27 - MICHELLE ARCANGELA SOUZA NORONHA	Data: ___/___/___	Assinatura:
Responsável:	011.097.694-07 - VITOR HUGO NOGUEIRA DA SILVA	Data: ___/___/___	Assinatura: